ESTADO DE MINAS

Publicado em 11/09/2022 - 05:55

Daqui para o futuro

LEI DE COTAS – 10 ANOS

Uma década depois de abrir portões do ensino superior gratuito e de excelência a uma legião de alunos de escolas públicas, texto legal fica sem a revisão prevista, criando incerteza sobre o futuro do sistema. Série do *EM* mostra impactos da política a partir da trajetória de beneficiários

UMA NOVA ENCRUZILHADA NO ACESSO À UNIVERSIDADE

JUNIA OLIVEIRA
Especial para o EM

Há dez anos, uma transformação na legislação que disciplina o acesso às universidades públicas brasileiras abria os portões de um oásis de excelência no ensino gratuito nacional para uma legião de estudantes provenientes de escolas mantidas por prefeituras, estados e pelo próprio governo federal. No segundo semestre de 2012, a chamada Lei de Cotas derrubava uma das barreiras sociais mais imponentes no Brasil: a que separava alunos de menor renda das melhores instituições de ensino superior no país. Mas, após enfrentar polêmicas e tabus, a chamada política afirmativa completa uma década em nova encruzilhada: a revisão prevista para este ano no próprio texto legal está ficando para depois. Por consequência, a avaliação crítica e o aperfeiçoamento do mecanismo também serão adiados – inclusive diante da percepção de que, em ano eleitoral, com debates ideológicos acirrados, falta ambiente para a necessária discussão técnica. Falta também uma avaliação oficial do impacto da mudança. Um vácuo legal e administrativo que cria insegurança entre beneficiários e defensores do sistema, impedindo ao mesmo tempo que ele avance para permitir, por exemplo, que cotistas tenham acesso ao percentual total de vagas reservado a eles em cursos mais disputados, como odontologia e medicina. Ou que estudantes de baixa renda que conquistaram bolsa no ensino básico em escolas particulares também possam postular o benefício. Mas, se o futuro é uma incógnita, números parecem indicar um consenso: os câmpus mudaram de cara. Ficaram mais heterogêneos, recebem mais estudantes de baixa renda e multiplicaram o total de universitários negros e indígenas, como mostra série de reportagens que o ***Estado de Minas*** *publica a partir de hoje.*

JAIR AMARAL/EM/D.A PRESS

Deynaba Kane e Ana Mariana Lima, cotistas e alunas da Faculdade de Letras da UFMG: sistema abriu horizontes para estudantes que se formaram no ensino público

Lilian Delfino, Ítalo Pereira, Deynaba Kane e Ana Mariana Lima são o retrato dos brasileiros cujas histórias e conquistas pessoais se entrelaçam com os acontecimentos da última década nas universidades federais. Assim como milhares de outros estudantes que cursaram o ensino médio fora da rede particular, apoiados na Lei de Cotas, eles conquistaram a garantia legal de também ocupar espaços nobres de ensino, pesquisa e extensão na educação superior pública.

A batalha por uma universidade pública plural ainda é longa e passa pela modernização da própria legislação, que está sendo adiada. Em meio à indefinição, o *EM* mostra a partir desta edição conquistas e desafios da principal ação afirmativa da educação no país, tendo como pano de fundo as histórias desses quatro cotistas, em um quadro no qual a oportunidade de graduação surgiu, mais que como uma oportunidade, como uma esperança para várias gerações.

A Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, reservou 50% das vagas nas universidades federais a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, e metade delas em escolas federais de nível médio para alunos que tenham feito todo o ensino fundamental nas redes municipais ou estaduais. Do total de vagas reservadas, 50% devem ser destinadas a estudantes provenientes de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita. O restante precisa ser distribuído entre autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência, em proporção equivalente ao total dessa população na unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Moradora de Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira, Lilian de Freitas Delfino, de 27 anos, entrou na graduação na primeira turma das cotas, no primeiro semestre de 2013. "Tinha no ensino médio um professor engajadíssimo com questões sociais e políticas, e esse era um dos temas abordados na aula dele, temas considerados 'tabu' na nossa idade", conta a jornalista formada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Ela lembra que, se tivesse optado pela ampla concorrência, também teria sido aprovada, mas para o segundo semestre. "Era algo que eu tinha já bem esclarecido, apesar da definição recente no ensino do Brasil, e achava que as ações afirmativas eram um direito. Tinha certeza de que seria um benefício para mim em relação a outras vivências de ensino na universidade", diz.

Lilian se recorda de que, naquele ano, ficou claro quem tinha entrado pelas cotas pela modalidade de pessoas pretas: eram apenas três, numa turma de 30. E lamenta ainda que, na época, apesar de cursar comunicação social, não tenha havido debate sobre o assunto em classe. Mesmo assim, se sente aliviada com a evolução. "Minha irmã, aluna da universidade atualmente, faz comunicação. Hoje, tem muitas pessoas negras, é uma divisão mais igualitária", conta.

MAX COSTA/DIVULGAÇÃO

Para Lilian Delfino, que entrou na primeira turma de cotas da UFJF, a nova legislação colocou em pé de igualdade pessoas antes excluídas da graduação

Para ela, as cotas puseram em pé de igualdade pessoas antes excluídas da graduação. "Não teria sido chamada para a turma em que entrei, fez toda a diferença para mim. Minha irmã, sendo aluna da universidade, mulher negra, tendo outros negros na turma dela... Era o que precisava para dar oportunidade a pessoas que de outras formas não conseguiriam entrar em instituição federal. Ou iriam para faculdade particular ou nunca fariam uma graduação", avalia.

Para ela, faculdade e diploma mudaram completamente a vida. "Universidade era um sonho, consegui fazer especialização e foi a porta aberta de que precisava na adolescência. Até então, apenas duas primas tinham entrado na universidade. Fui a terceira e, daí em diante, toda a família tem feito faculdade", relata a jornalista, filha de uma técnica em enfermagem e de um zelador.

MUDANÇA As cotas mudaram a composição ética e social da universidade, afirma Romualdo Portela de Oliveira, diretor do Cenpec, organização da sociedade civil que trabalha pela equidade e qualidade na educação básica pública do país. E, por isso, é tão preocupante que o assunto não venha sendo debatido em nível federal. "Há uns 15 ou 20 anos se discutia gratuidade no ensino superior, com o argumento de que ele servia a setores abastados da sociedade. Esse argumento morreu a tal ponto que essa discussão sumiu. A Lei de Cotas democratizou a universidade de maneira inédita na história do país. Não fazer balanço, não reconhecer que teve impacto brutal em algo do ponto de vista estratégico de democratização das oportunidades de educação é muito preocupante, é um governo que não compreende a educação do país", critica.

As cotas se tornaram universais no sistema federal de ensino há 10 anos, mas já eram realidade em algumas instituições bem antes disso. É o caso da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que oito anos antes da mudança já havia aprovado resolução própria e instaurado a ação afirmativa em seus vestibulares. Com uma diferença: o candidato tinha que ter cursado, além do médio, também parte do ensino fundamental na rede pública. Recentemente, o Conselho Superior da universidade aprovou a Resolução 67, adotando cotas em todos os programas de mestrado e doutorado para negros, povos de comunidades tradicionais quilombolas, ciganos, pessoas trans, refugiados e pessoas com deficiência.

"Muda o perfil da pós e dos temas a serem pesquisados. Temas trazidos para fazer pesquisa mudam também a ciência, deixa de ser modelo científico com paradigma ocidental moderno com temas que interessam mais às comunidades em diversas áreas", afirma o diretor de ações afirmativas da UJFJ, Julvan Moreira de Oliveira.

"E, mais à frente, possibilitará mudança no perfil dos cientistas e professores das próprias universidades. Pessoas trans, com deficiência, indígenas, negros poderão concorrer a esses concursos, alterar o perfil dos quadros profissionais, dos pesquisadores e docentes da nossa sociedade."

Faltam dados oficiais sobre o impacto geral da reserva de vagas por critérios econômicos e raciais nas universidades públicas do país, mas estudo da UFMG indica que o sistema coincide com a multiplicação da diversidade étnica no ensino superior gratuito

NEGROS E INDÍGENAS OCUPAM O SEU ESPAÇO NOS CÂMPUS

JAIR AMARAL/EM/D.A PRESS - 21/5/19

Integrante de tribo em solenidade na Reitoria da UFMG: segundo estudo da universidade, total de universitários negros e indígenas em instituições federais e estaduais saltou de menos de 8 mil para 86 mil entre 2009 e 2016

Apesar da ausência de documento mostrando o impacto das cotas na educação superior brasileira, pesquisa nacional coordenada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) dá uma ideia das mudanças causadas pelas ações afirmativas numa das modalidades que ela contempla: a inclusão de negros e indígenas nos câmpus país afora. Esse grupo de cotistas parte de um total de 7.889 novas matrículas no ano de 2009 e chega a 2016 com 86.717 registros em universidades federais e estaduais brasileiras, mais de 10 vezes mais alunos que no primeiro momento observado.

É o que indica o estudo "Reafirmando direitos: Trajetórias de estudantes cotistas negros (as) no ensino superior brasileiro", publicado em 2019, considerado o único levantamento do tipo financiado pelo Ministério da Educação (MEC). Foi coordenado pelo Programa Ações Afirmativas na UFMG, tendo como responsável Rodrigo Ednilson de Jesus, doutor em educação e coordenador-geral do programa. E contou com seis equipes regionais: nas universidades Federal do Amapá (Unifap), do Rio Grande do Norte (UFRN), do Recôncavo da Bahia (UFRB), de São Carlos (Ufscar), de Goiás (UFG) e de Santa Catarina (UFSC).

O documento revela que, depois dessa fase de grande crescimento, as entradas de alunos pretos, pardos e indígenas por meio de programas de reserva de vagas chegam ao ano de 2016 representando 21,18% do total de ingressos em universidades federais e estaduais. Em 2009, esse percentual era de apenas 2,29%. E, em 2012, ano da publicação da Lei 12.711, os cotistas negros e indígenas respondiam por 3,24% dos "calouros".

Ainda em 2009, dos 344.326 ingressos, apenas 7.801 registros (2,27%) eram de estudantes negros que acessaram a universidade por meio de estratégias para reserva de vagas, ao passo que 12,7% eram negros que ingressaram por ampla concorrência ou outra forma de acesso. "Esse processo culmina, em 2016, com a primeira vez em toda a série em que os negros cotistas aparecem em maior quantidade que os negros não cotistas", diz o texto. "Os resultados sugerem que a maior parte dos estudantes cotistas negros e indígenas acessam a universidade por meio de critérios que associam características étnicas à trajetória escolar. Estabelecendo as combinações referentes aos tipos de reserva, esses resultados ficam ainda mais evidentes", completa.

Dos 86.717 ingressantes cotistas negros e indígenas, 30.312 tiveram acesso às cotas a partir de critério étnico e referente. Aqueles que além da classificação étnica e da trajetória escolar ainda foram classificados no programa de reserva de vagas em função da renda domicília representam 24,4% do total de cotistas negros e indígenas, a segunda situação mais frequente. As reservas exclusivamente do tipo étnico ou de escola pública representam, respectivamente, 15% e 13,3% do total dos ingressantes cotistas no ano de 2016.

PERSPECTIVA Ela esperou quatro anos para entrar na faculdade desde a formatura no ensino médio. Para Ana Mariana Florêncio Afonso Meireles Lima, de 24 anos, a educação pública, que havia frequentado durante toda a sua vida parava no ensino médio. Universidade, ainda mais gratuita, não passava pela esperança de futuro da garota, cujas perspectivas iam até a papelaria, onde tinha um emprego temporário. "Tudo mudou quando meu tio me deu oportunidade de fazer um cursinho. Já estava mais velha e entendi que a vida seria mais difícil se eu não tivesse um diploma", conta. No Chromos, ela descobriu letras, curso para o qual entrou com as cotas.

"Antes eu achava que não poderia passar na UFMG. Foi muito emocionante descobrir que, sim, eu podia. Mesmo com cota, tive de me esforçar para ser aprovada. Saber que tinha capacidade mudou algo em mim, me deu confiança", relata a estudante do 6º período. "Hoje não me preocupa o fato de ter diploma, com o que vou lidar depois. Escola pública não é problema só para os alunos, mas também para os profissionais que trabalham nela, e minha vontade é ensinar inglês na rede pública. Foram meus professores que mudaram minha visão de vida e queria passar isso para os meninos. Mas a valorização dos docentes me preocupa", avalia Ana Mariana.

"O aluno tem que acreditar nele mesmo e deixar de lado a ideia de que estudante de escola pública não pode entrar na faculdade que quer. E entender que é uma luta. Muita gente sai da rede particular para entrar na faculdade que quer, e a gente tem que insistir mais. E saber que não é fácil para ninguém, mas também não é impossível para ninguém", aconselha.

"Mudou a cara da UFMG"

Se, há 10 anos, questionamentos associaram cotas à possível redução da qualidade de ensino nas universidades federais, hoje parece claro que o temor não se concretizou. Mérito, esforço e assistência aos estudantes compõem a fórmula de sucesso dos alunos cotistas na Universidade Federal de Minas Gerais. "Para nós, é muito claro: no primeiro semestre, as notas são um pouco diferentes no início, mas ao fim do segundo semestre não tem mais diferença de rendimento entre quem entra por cotas e pela ampla concorrência", afirma a reitora da UFMG, Sandra Goulart.

Ela cita estudo que mostra ainda mais: estudantes assistidos pela Fundação Mendes Pimentel (Fump) têm menor evasão. Entre quem entra pela ampla concorrência, é maior o número de estudantes que deixam de lado suas vagas. "O grande problema do ensino superior no Brasil é que o aluno entra e não consegue se manter. Isso sinaliza que as políticas de permanência têm impacto importante entre os que precisam da cota. Por isso é tão importante mantê-la: mudou a universidade e deu oportunidade de fazer curso superior a muitas pessoas que historicamente foram excluídas", avalia.

"Mudou a cara da UFMG. Lembro-me de falar na primeira turma de medicina (com cotistas). É visual. Antigamente, não víamos pessoas pardas ou pretas em cursos considerados de maior prestígio social, como medicina, engenharia, odontologia... Hoje, vemos também indígenas e pessoas com deficiência. Daí a ideia de UFMG plural: ela tem outra cara e, por isso, necessidade de inclusão", completa a reitora.

Aluna do 4º período de bacharelado em estudos literários, Deynaba Kane, de 20 anos, faz parte da geração mais atual de cotistas da UFMG. Apesar de enfrentar um percurso árduo, ela considera que o amor pelo estudo é seu grande combustível.

A jovem é filha de mãe brasileira e pai senegalês, que chegou ao Brasil por meio de uma bolsa da Unesco para estudar sobre a cultura negra no país.

O pai e o irmão, que faz engenharia mecânica, são suas maiores referências, de quem sempre teve no aprendizado o principal instrumento de luta. "Sou uma mulher negra de escola pública e tive que criar um escudo para me proteger e cuidar do meu futuro. Estudo é meu único meio de acesso a uma transformação não só econômica, mas como pessoa. Aprender é saber lidar, saber se impor diante dos conflitos, se engrandecer, antes de conseguir dinheiro e estabilidade financeira."

Ela quer fugir de mais um estigma: de que quem se forma em letras vai direto para a sala de aula. Deynaba quer se permitir mais: enveredar na pesquisa e usar a área de humanas, por meio da prática docente, música e literatura, para conscientizar outras pessoas. "Políticas afirmativas são formas de reparar uma história excludente que segue se desenvolvendo, entendendo que pontos de partida são diferentes. Já nasci numa sociedade racista, que me negou muitos direitos, é hora de correr atrás disso com ajuda do Estado. É preciso dar voz a negros, indígenas, todos que passamos por sofrimento histórico, reservar lugar na sociedade para afirmar quem nós somos. Entrar na universidade é também afirmar nossa história."

Copyright © Clipclap 2025.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais **Pagina:** 12 e 13

Copyright © Clipclap 2025.